

**PORTARIA Nº 32/2025**

**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

Considerando as recentes notícias, amplamente divulgadas no meio jornalístico, acerca da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, que tem como objeto operações realizadas pelo Banco Master;

Considerando a determinação de liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada pelo Banco Central do Brasil;

Considerando a ampla divulgação jornalística, posteriormente confirmada pela Prefeitura Municipal de Congonhas em nota de esclarecimento, de que a instituição previdenciária do Município, responsável por gerir o RPPS, possui R\$16.520.372,81 em letras financeiras do Banco Master (dados de outubro/2025);

Considerando que as informações acerca do elevado risco e da atipicidade das aplicações no citado banco eram difundidas no meio econômico desde 2024, o que poderia indicar inobservância ao princípio da segurança, previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021;

Considerando a atribuição do Ministério Público de Contas para fiscalizar os institutos de previdência que gerem os Regimes Próprios de Previdência, o que inclui o controle de legalidade e legitimidade de seus investimentos;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar Estadual nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, §3º, e no artigo 6º da Resolução MPC-MG nº 14, de 18 de dezembro de 2019;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos do RPPS do Município de Congonhas em letras financeiras do Banco Master.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2025.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**  
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais